

Serviço essencial,
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Stieec- filiado em 1988
Gasistas- filiado em 1989
Sindprudente - filiado em 2005
Sindlitoral - filiado em 2006
Sindbauru - filiado em 2009
Sinergia CUT - filiado em 12/12/99

Campanha Salarial 2011



Propostas da AES Tietê, CPFL Jaguariúna, Elektro e CTEEP garantem reajuste, aumento real e avanços em demais cláusulas

Os números negociados e aprovados nas assembleias dos trabalhadores da AES Tietê, Elektro, CPFL Jaguariúna e CTEEP são significativos. Em todas essas empresas o novo ACT garante aumento real de salários, quan-

do comparados ao ICV do Dieese. Mas o aumento de renda foi garantido principalmente nos aumentos reais do chamado kit alimentação que ficou sempre acima da inflação geral. Vários Acordos Coletivos formalizaram avanços importantes para os trabalhadores,

com negociação permanente para o acompanhamento e avaliação do cumprimento das cláusulas.

Para a direção do Sinergia CUT, outros pontos também merecem destaque nessa Campanha Salarial: o encaminhamento dos processos de Peri da

CTEEP e a disposição de luta dos trabalhadores nas mobilizações das empresas da CPFL Jaguariúna e CPFL Energia. O resultado geral é positivo e comprova que realmente vale a pena lutar quando A Gente Quer Mais. Sempre! Confira os principais resultados:

Elektro: tudo aprovado garante pagamento de PLRs já!

As assembleias na Elektro aconteceram entre 11 e 14 de julho, com aprovação da proposta final, que garantiu aos trabalhadores da distribuidora reajuste pelos 7,21% do ICV do Dieese mais aumento real de 0,73%, totalizando 8% nos salários e benefícios econômicos.

Além do avanço econômico e da prorrogação das cláusulas do atual ACT até 2015, ficou o compromisso de continuar discutindo o Gerenciamento de Pessoal (cláusula 28) com o Sindicato até dezembro.

A partir de janeiro de 2012, os coordenadores estarão excluídos de algumas cláusulas do ACT, com a incorporação dos benefícios suprimidos, que ainda será negociado.

PLRs em julho

Na PLR Especial, para os



Assembleia em Rio Claro

eletricitários ficaram garantidos 94,523% (R\$ 9.357.777) do total de R\$ 9,900 milhões, com distribuição igual para todos. Já a antecipação da PLR terá valor de R\$ 1.437,75 mais 27% da remuneração (salário base, ATS e Incorporações de Acordos Judiciais). Na última quinta (14), o Sinergia CUT enviou carta à empresa informando a aprovação da proposta, garantindo assim que os pagamentos do reajuste retroativo, antecipação da PLR e PLR Especial sejam efetuados no final de julho.

CTEEP: aprovação por ampla maioria

Entre os últimos dias 06 e 13 de julho, os trabalhadores da CTEEP participaram das assembleias deliberativas e aprovaram a proposta final negociada entre Sindicato e empresa e também a cobrança da taxa negocial, durante a quarta rodada de negociação, ocorrida em 22 de junho.

Apesar das cláusulas de política de emprego e banco de horas não terem alcançado o ideal, e da proposta conceder reajuste de 7,5% no salário (com aumento real de 0,28% pelo ICV Dieese), todos os demais benefícios serão reajustados acima da inflação, destacando o VA/VR que obteve aumento de 19%, passando de R\$ 495 para R\$ 590 e 10% na Cesta Básica. A proposta aprovada também pre-

vê reajuste de 7,53% na gratificação de férias e reajuste de 7,49% no o piso salarial e a vigência é de dois anos.

PLR

Além do ACT, foi fechado acordo referente à PLR, garantindo a verba de R\$ 10 milhões e 200 mil, com a antecipação de R\$ 3.000 em 15 de setembro.



CPFL Jaguariúna: rejeição leva à nova proposta final e à aprovação



Assembleias na CPFL Jaguariúna: proposta final aprovada!

Após rejeição pelos trabalhadores da proposta final apresentada na reunião do dia 14 de junho passado, a empresa reabriu o processo e convocou a 8ª reunião de negociação para o dia 05 de julho.

E a proposta final foi alterada na forma de aplicar o reajuste no salário (7,04%). Ao invés de parcelar, propôs pagar em uma única parcela, retroativo ao mês de abril. No VA/VR, o pagamento dos 13,5% de reajuste continuará sendo parcelado (8,5 % em abril/2011 e 5% em janeiro/2012) e haverá o abono de R\$ 100.

E essa foi a proposta aprovada pelos trabalhadores, uma vez que os limites foram alcançados. Também só falta assinar!

AES Tietê: aprovação geral

A proposta feita pela AES Tietê na quinta rodada de negociação apresentou avanços e a companheirada reconheceu isso, aprovando todas as cláusulas nas assembleias realizadas entre os últimos dias 06 e 11.

Embora tenha mantido o parcelamento para o rajuste salarial (5% em junho e 3% em dezembro,

totalizando 8,15%), o novo Acordo prevê também um abono de R\$ 600 e traz reajustes com aumento real em todos os itens econômicos.

Há que se destacar a redução da participação dos trabalhadores no rateio de AMH (redução de 83,33%) e reajuste de aproximadamente 28% ao VR férias (13º VR).

Agora, só falta assinar!

Destaques desta edição

Assembleias sobre Peri CTEEP

Trabalhadores decidem sobre proposta de acordo

Página 02

Campanha Salarial 2011

Na reta final, trabalhadores participam de assembleias deliberativas

Página 03

Dia Nacional de Mobilização

Sinergia CUT participa do ato organizado pela CUT na Capital

Página 04

AGONTECEU

ANEEL mantém multa de R\$ 3 milhões à CTEEP por blecaute de 2009...

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) manteve multa no valor de R\$ 3,1 milhões à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), referente ao blecaute ocorrido às 22h13 do dia 10 de novembro de 2009, quando houve interrupção de 24.436 megawatts (MW) do sistema elétrico das regiões Sul e Sudeste e que atingiu 18 estados. A transmissora foi autuada por falhas de operação que provocaram demora na recomposição do sistema.

O último recurso a ser analisado pela Agência sobre o blecaute será o do Operador Nacional do Sistema (ONS), autuado em R\$ 1,3 milhão.

... empresa da holding CPFL também é multada

A ANEEL manteve também as multas aplicadas à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE), à Copel Geração e Transmissão (COPEL) GT, Cemig Distribuição S/A (CEMIG D) e Rio Grande Energia S/A (RGE). As penalidades aplicadas somam R\$ 7,8 milhões e foram motivadas por descumprimento de cláusulas do contrato de concessão, descumprimento de indicadores de teleatendimento e de regras de operação e manutenção da subestação.

Programa Luz para Todos é prorrogado até 2014

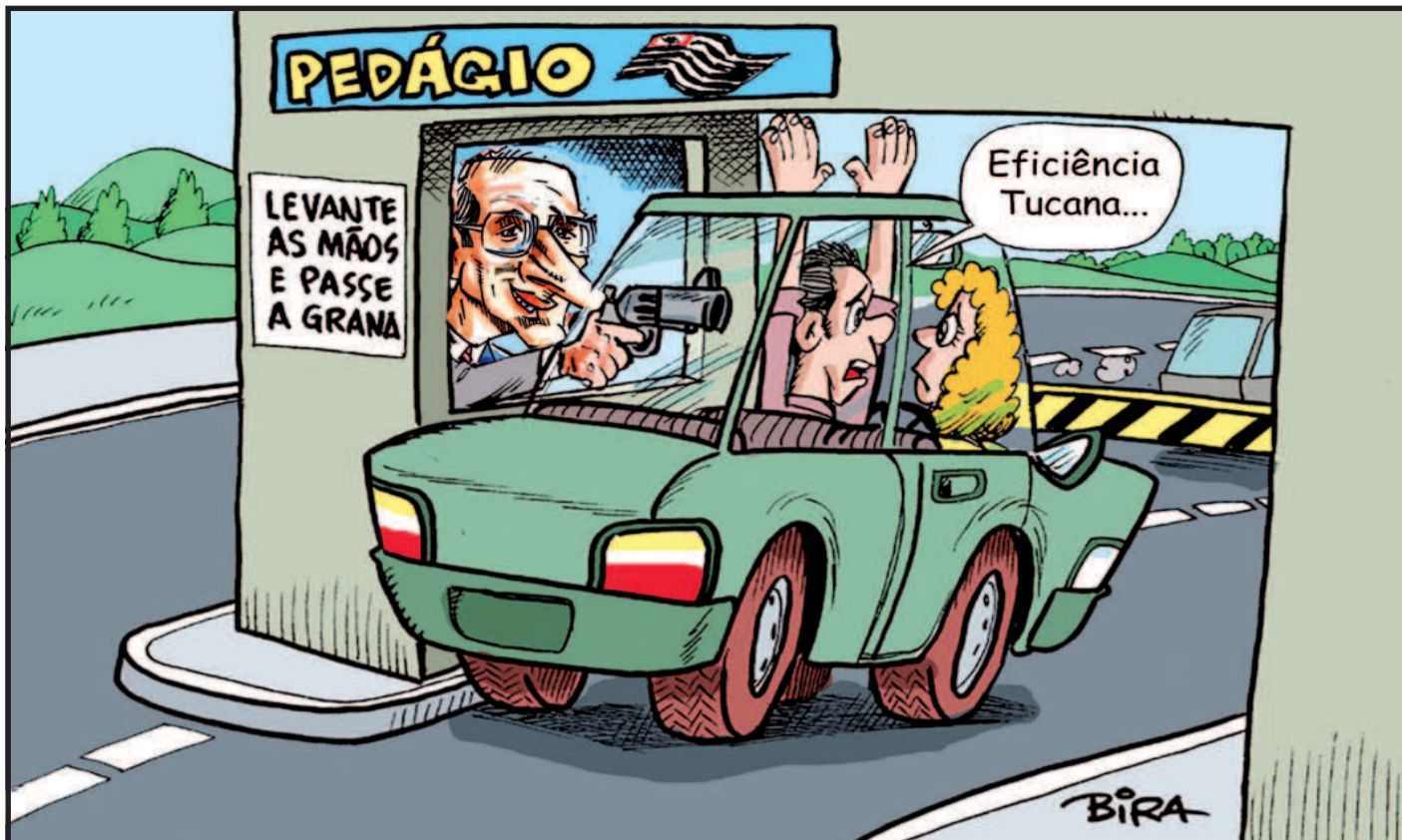
A presidente da República, Dilma Rousseff, prorrogou até 2014 o Programa Luz Para Todos. O decreto nº 7.520 foi publicado nesta segunda-feira, 11 de julho, no Diário Oficial da União. O programa, lançado em 2003, seria extinto em 2010, mas na ocasião, foi prorrogado para dezembro de 2011 e agora, recebeu novo prazo. O programa tem por objetivo levar energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso ao serviço.

1ª audiência ação de mérito contra CESP

No início de julho, o Sinergia CUT participou da primeira audiência relativa à ação contra a discriminação da CESP aos trabalhadores que participaram de uma greve em 2006. O movimento de paralisação naquele ano foi motivado pela intransigência do governo do PSDB em alterar a proposta de ACT apresentada pela empresa durante o processo de negociação.

Em 2007, ao implementar a verba de mérito de promoção, conforme cláusula vigente, a direção da CESP discriminou os trabalhadores que participaram da greve não concedendo o benefício.

Diante dessa situação, o Sindicato acionou a Justiça e na primeira audiência, realizada no dia 04 passado, o juiz determinou que sejam apresentadas testemunhas na próxima audiência que será realizada no dia 1º de setembro.



Peri CTEEP: categoria aprova a proposta de acordo negociada com a empresa

Sindicato apresentará a aprovação em audiência para homologação de Acordo na Justiça

Durante duas semanas, de 04 a 13 de julho, o Sinergia CUT realizou assembleias deliberativas com trabalhadores da ativa e aposentados da CTEEP que têm direito a receber as diferenças do adicional de periculosidade (aqueles que recebem ou receberam Peri entre dezembro de 1989 e julho de 2002 e prestaram serviços na CTEEP, estando na base territorial dos Sindicatos de Campinas, Bauru ou Mococa, além dos aposentados e pensionistas da 4819, que receberam no referido período o adicional de periculosidade).

Após longo processo de negociação entre Sindicato e empresa, a categoria aprovou, por ampla maioria, a proposta de acordo para o processo da Peri. Entre o pessoal da ativa, por exemplo, 92% concordaram com a proposta. As assembleias foram realizadas nas macros do Sinergia CUT e também nas AAFCs.

Com isso, o Sindicato levará esse resultado à audiência, para que o acordo seja homologado na Justiça do Trabalho. Inicialmente a audiência estava marcada para o dia 15 de julho, mas a juíza Erica Escarassate, da 8ª vara do Trabalho de Campinas, solicitou o adiamento sem definir nova data, até o fechamento desta edição.

Vale destacar que somente o Sinergia CUT realizou assembleia com os envolvidos na ação para deliberação da proposta de acordo. Os sindicatos de São Paulo, Ipaussu e Engenheiros já quitaram o processo de Peri, sem assembleias, muito menos a inclusão de aposentados pela lei 4819.

Negociação dos valores

Em 2008, a empresa apresentou uma proposta no valor de 6 milhões para ser distribuído entre 208 trabalhadores. O Sindicato rejeitou a proposta por ela não con-

templar todos os trabalhadores com direito aos adicionais. A CTEEP apresentou nova proposta no valor de 23 milhões, incluindo as bases de Bauru e Mococa e aposentados 4819. Mais uma vez, a direção do Sinergia CUT rejeitou a proposta, até que a CTEEP chegou ao valor de R\$ 36.321.990 para ser distribuído para mais de 2.000 pessoas. Assim, empresa e Sindicato esperam fechar acordo e encerrar o processo. A previsão é de que a CTEEP pague os adicionais um mês após a homologação.

Processos particulares

Aqueles que se habilitaram ao processo através de advogados particulares não farão parte dessa negociação, sem que antes desistam da habilitação para depois habilitar-se ao acordo que será celebrado perante a Justiça do Trabalho.

Fazendo Mais e Melhor

Sindicato obtém reintegrações na Justiça

Vitória dos trabalhadores! No último dia 08 de julho, após recurso interposto pelo Sindicato, foi reformada a sentença de primeira instância, referente a reintegração do trabalhador da Elektro Francisco Adão Zanella. O Tribunal julgou procedente a ação, reconhecendo que a empresa descumpriu a cláusula 29 do ACT.

A Elektro foi condenada a reintegrar o trabalhador em oito dias após o trânsito em julgado da decisão, devendo fornecer cursos de capacitação/treinamento e realocação em outra área da empresa e ainda pagar os salários do período e demais vantagens concedidas durante esse tempo, inclusive férias vencidas do terço constitucional, salários trezenos, FGTS. Fica autorizada também a dedução das quantias já pagas

na rescisão contratual. A empresa ainda pode recorrer.

AES Tietê

No último dia 29 de junho, o Sinergia CUT ganhou, em parte, uma ação judicial movida pelo Sindicato contra a AES Tietê solicitando a reintegração de trabalhadores que foram arbitrariamente demitidos no final de 2010.

A ordem judicial é da juíza Ludmilla Ludovico Evangelista Rocha, da 6ª Vara do Trabalho de Campinas, que determinou a reintegração de cinco trabalhadores: "Julgo Parcialmente procedentes os pedidos postos na petição inicial, e reconheço a nulidade das rescisões contratuais de Antônio Flávio Dinalli Martin, Aloisio Negrão Freire, Silvio Antônio Carneiro, Carlos Alberto Ruzzon e Zenildo José Ferreira, determinando que

a reclamada, AES Tietê S.A., reintegre os trabalhadores mencionados, no prazo de 5 dias, a contar da ciência desta decisão, sob pena de incidência de multa diária por empregado de R\$ 1.000,00, em favor dos substituídos, independentemente do trânsito em julgado da decisão, até o cumprimento da ordem judicial."

A empresa foi condenada também a "pagar remuneração vencida da data da ruptura contratual até a efetiva reintegração, incluindo 13º salário, férias +1/3, FGTS, contribuições à Fundação CESP".

Referente aos demais trabalhadores que fazem parte da ação, a juíza indeferiu o pedido de reintegração por eles ocuparem cargos de confiança ("gerentes"). O Sinergia CUT não concorda com essa condição e vai recorrer.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299;

Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R. Preto (17) 3215-1188 ; Vale do Paraíba (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986

Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato **Jornalista Responsável:** Lílian Parise (MTb 13522)

Redação e diagramação: Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172) e Lílian Parise **Fotografia:** Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

EXPEDIENTE

SINERGIA
Sindicato dos Trabalhadores
Energéticos do Estado de São Paulo

A gente quer mais!**CPFL: assembleias dependem do texto final****Empresa insiste em colocar no ACT questões não negociadas e que prejudicam a categoria**

Após sete rodadas de negociação, a proposta final fechada com a CPFL garante reajuste salarial de 7,8% (sendo 7,21% de ICV Dieese e 0,55% de aumento real), reajuste no VA de 11% e no VR de 8,27%. Além disso, reajuste de 7,8% no Auxílio Creche e na Gratificação de Férias, que será estendida também aos admitidos a partir de 1º de junho de 2011.

Seria um ótimo resultado para o processo de negociação que começou sem propostas e na terceira rodada contou com os míseros 4,63%. Seria. Infelizmente a empresa insiste em colocar no texto do ACT questões que não foram negociadas, como por exemplo, o fim da NDV e a transferência de trabalhadores entre todas as empresas do grupo.

A direção do Sinergia CUT já manifestou a discordância em relação a esse procedimento e estabeleceu que segun-

da (18) é o prazo que essas distorções sejam corrigidas na minuta final do ACT. "É inaceitável o que a CPFL está fazendo. Enquanto não resolvermos essas pendências no fechamento da minuta final do ACT, não levaremos a proposta para as assembleias deliberativas.", afirma José Luiz Zétula, diretor do Sinergia CUT e interlocutor da CPFL.

Caso a CPFL não atenda a reivindicação para que o texto do ACT seja fechado com o que foi discutido na mesa de negociação e com a redação de cláusulas essenciais aos trabalhadores, como a de Política de Emprego, o Sindicato realizará assembleias para deliberar por Plano de Luta.

Vale destacar que a categoria esteve mobilizada durante a CS 2011, partici-



Na 6ª rodada, trabalhadores das EAs comparecem à negociação

Roberto Claro

pando, inclusive de rodadas. A resposta dos trabalhadores à intransigência da CPFL em atender o legítimo pedido do Sindicato será, mais uma vez, a mobilização. Fique ligado! Acompanhe os desdobramentos da negociação da minuta final pelo Portal do Sinergia CUT.

Aqui, propostas já foram aprovadas:**Comgás...**

Em assembleias realizadas nas unidades da Comgás em 30 de junho e 01 de julho, foi aprovada por maioria dos trabalhadores a proposta de ACT apresentada na sétima rodada ocorrida no dia 27 passado.

A participação da categoria durante toda a Campanha Salarial – 30% a mais de trabalhadores que em anos anteriores nas assembleias – foi fundamental para que a proposta negociada atendesse às principais reivindicações da Pauta. Valeu a luta!

Confira o que está garantido no novo ACT:

- √ Reajuste: 8% de reajuste nos salários e benefícios, inclusive o VR
- √ EPI: será disponibilizado protetor

solar nas unidades da Empresa em até 120 dias

√ Licença para Representante Sindical: aumenta o saldo de 16 horas para 40 horas a ser distribuído entre os dirigentes que necessitarem no ano seguinte para participarem de atividades sindicais

√ PLR: reajuste de 10% e adiantamento de 2.233 em setembro

√ VA: reajuste de 18,93% e corrige a tabela de participação do trabalhador

√ VA dos aposentados: 13 parcelas de R\$ 77 (reajuste de 11%)

√ Bolsa de Estudos: passa das atuais 33 para 40 bolsas

√ Vigência do Acordo: 2 anos

**... e Cemirim**

Reajuste salarial de 7,33%, aumento real de 1,57% – totalizando 9,02% – e manutenção dos demais itens propostos anteriormente.

Essa foi a proposta apresentada pela Cemirim, que tem data base em maio, na segunda rodada de negociação com o Sinergia CUT, no dia 17 de junho passado. Devido ao avanço com relação à proposta anterior, o Sindicato realizou assembleias com os trabalhadores entre os dias 27 de junho e 01 de julho. E a proposta foi aprovada por ampla maioria dos votos. O novo Acordo Coletivo terá validade de um ano.

Duke: negociação em três etapas acaba em proposta final

A segunda rodada de negociação entre o Sinergia CUT e a Duke aconteceu no dia 20 de junho passado. A empresa iniciou a reunião reafirmando que pretendia negociar apenas os itens econômicos. Depois de muito debate, proposta rejeitada e contraproposta, a Duke apresentou o que ela chamou de sua proposta final.

A negociação

Num primeiro momento a empresa ainda tentou aumentar a participação dos trabalhadores nas refeições, com a seguinte proposta: reajuste de 7,21% nos salários e benefícios e revisão do valor do trabalhador pago pela refeição realizada nos refeitórios localizados nas Usinas, passando de R\$ 4,91 para R\$ 7,61.

A proposta foi rejeitada pelo Sinergia CUT, que ressaltou que os trabalhadores reivindicam o aumento real, aumento do valor da PLR, entre outros itens da pauta.

Em seguida, os sindicatos apresentaram uma contraproposta:

• Reajuste salarial de 7,21% + Aumento Real de 0,79%, totalizando um reajuste de 8%

• Manutenção do valor que o trabalhador paga pela refeição com o reajuste

proposto pela Duke: R\$ 5,26

• Carta Paralela em que a empresa se compromete pagar a PLR 2010, no ano de 2011, sem prejuízo aos trabalhadores em razão da implementação do IFRS[i].

Observação: a Lei IFRS impacta diretamente na forma de apresentação dos demonstrativos financeiros das empresas brasileiras de capital aberto. Como a Duke paga a PLR tendo como referência o Resultado de Serviços, a IFRS poderá impactar no valor.

Num terceiro momento da negociação, a empresa reiterou que negociaria somente os itens econômicos e apresentou sua proposta final

Última proposta

√ Reajuste: 7,21% ICV-DIEESE nos salários e benefícios

√ Revisão da tabela de participação do trabalhador do Vale Refeição e Alimentação

√ Manutenção do que o trabalhador paga pela refeição realizada nos refeitórios localizados nas Usinas de R\$ 5,26.

Depois de avaliar a proposta, a direção do Sindicato decidiu que a encaminhará para deliberação dos trabalhadores, já que esta é a proposta final da empresa. Participe!

Grupo Bertin e Mazza: propostas finais com avanço

O Grupo Bertin, ao qual pertence as empresas Água Paulista e Gaia, apresentou, durante a terceira rodada de negociação, ocorrida no último dia 05, o que afirma ser sua proposta final. Além de avançar no econômico (reajuste foi 6,3% da rodada anterior para 7,33% nessa última reunião), a proposta prevê a extinção do banco de horas e inclusão de cláusulas sociais, entre outros itens. A direção do Sindicato realizará assembleias deliberativas. Participe!

Mazza

A Mazza apresentou uma nova proposta na segunda rodada, ocorrida no dia 01 de julho. O reajuste salarial, por exemplo, saiu da casa dos 7% e foi para 8% e, para o VA/VR, a proposta é de reajuste de 33,4%. Vale lembrar que, na primeira reunião em junho passado, a empresa apresentou uma proposta como sendo a final, mas que não contemplava nenhuma das principais reivindicações dos trabalhadores. Com isso, a direção do Sindicato decidiu realizar assembleias informativas nos locais de trabalho e solicitar a reabertura das negociações. O que aconteceu. A nova proposta teve avanço significativo por isso, foi encaminhada para a deliberação dos trabalhadores em assembleia.

CURTAS**Rizal: proposta rejeitada nas duas rodadas**

A segunda rodada de negociação entre Sinergia CUT e Rizal, realizada na segunda passada (11), terminou com proposta rejeitada por não ter contemplado a reivindicação da categoria por aumento real nos salários e melhor reajuste nos benefícios de alimentação.

Além disso, o Sindicato reivindica que a empresa apresente por inteira a proposta de plano de saúde e a melhoria no valor do abono.

Em relação a rodada anterior, a empresa passou o reajuste sobre salários e benefícios de 6,3% para 7% e ofereceu abono de 14%.

A Rizal, prestadora de serviço da CPFL na área de construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica nas cidades Campinas, Piracicaba e Sumaré, comprometeu-se a trazer uma nova proposta, na próxima rodada, ainda sem data definida.

Biolins: sem proposta na primeira rodada

No último dia 06, após dois meses de insistência do Sinergia CUT, aconteceu a primeira rodada de negociação entre o Sindicato e o Grupo JBS, ao qual pertence a Biolins Energia (data base 1º de maio). A empresa não apresentou nenhuma proposta de ACT, apenas foram feitos esclarecimentos referente à pauta de reivindicação dos trabalhadores. O Sindicato ressaltou alguns pontos como reajuste pelo ICV Dieese e aumento real nos salários e benefícios, além da inclusão de cláusulas sociais para aprimorar as condições de trabalho e segurança. Nova rodada será agendada.

Sindinstalação: proposta de Convenção Coletiva é aprovada

Em assembleia realizada com os trabalhadores das instaladoras em 17 de junho, foi aprovada a proposta apresentada pelo sindicato patronal. Confira os principais itens:

√ Reajuste salarial: 9,75% (sendo 7,33% pelo ICV do Dieese e 2,42% de aumento real)

√ Vale-refeição: R\$ 13,91 ou Vale alimentação de R\$ 140

√ Vale-lanche: R\$ 2,19

√ Piso para trabalhadores qualificados: R\$ 1.086

√ Piso para trabalhadores não qualificados: R\$ 910,80

Furnas: paralisação nos dias 20 e 21 para o ACT avançar!

A Eletrobras cancelou a rodada de negociação da pauta nacional, prevista para o último dia 13 sem definir data para a próxima reunião. Diante do descaso da direção da holding, o Coletivo Nacional dos Eletricistas indicou a necessidade de aprovação de Plano de Luta com paralisação nos próximos dias 20 e 21 de julho.

Em assembleias realizadas pelo Sinergia CUT, os trabalhadores de Furnas decidiram aderir à paralisação. A categoria aproveitou a visita do presidente de Furnas Flavio Decat na última quinta (14) para pedir intervenção no processo de negociação. A reivindicação é por avanços no ACT com aumento real e abono. Confira os detalhes no Portal do Sinergia CUT.

6 de julho

CUT: uma central diferente

Sinergia CUT participou do Dia Nacional de Mobilização da CUT, que reuniu cerca de 10 mil pessoas em SP

“Moça, o que é CUT?”. A pergunta foi lançada por um jovem curioso que transitava pelo mesmo caminho que a delegação do Sinergia CUT, após o ato realizado no último dia 06, que reuniu militantes cutistas na Praça da Sé e na Praça do Patriarca, em São Paulo, no Dia Nacional de Mobilização, organizado pela CUT.

A pergunta do rapaz foi respondida com a mesma pressa com que foi feita: “CUT é a Central Única dos Trabalhadores.” O jovem agradeceu e seguiu a passos apressados. Tivesse o rapaz passado pela Praça da Sé ou pela Praça do Patriarca uma hora antes, entenderia que a CUT é também uma central diferente. Entre as bandeiras que fazem a diferença, a luta pelo fim do imposto sindical. “Não podemos continuar com essa estrutura sindical falida. Temos que acabar com a indústria de sindicatos que são criados não para defender os interesses dos trabalhadores, mas para obter o dinheiro do imposto sindical. Por isso somos contra o fim dessa contribuição compulsória. Lutamos pela liberdade e autonomia sindical. Está em nossos corações. ACUT nasceu por isso.”, afirmou o secretário Nacional de Finanças da CUT Wagner de Freitas

Outra importante bandeira de luta defendida por Freitas durante o ato foi o combate à precarização e à terceirização, que nesse momento necessita de intensa pressão dos sindicatos cutistas para impedir a tramitação de projetos que disseminam as terceirizações no Brasil. “O Congresso não tem vontade política porque muitos parlamentares são donos de empresas que querem continuar a precarizar as condições de trabalho e fazer da terceirização um meio de exploração”.

Pressão social

O deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT), participou do ato e destacou que a mobilização organizada pela CUT fortalece o Projeto de Lei (PL) de sua autoria sobre as terceirizações. “Essa mobilização é de extrema importância porque põe os trabalhadores como protagonistas das mudanças necessárias no país. Infelizmente temos um congresso burguês. Existem muitos deputados, inclusive da base do governo, que na hora de decidir ques-

tões importantes como a regulamentação das terceirizações, ficam contra os trabalhadores. Por isso, é preciso ficar atento na hora de votar.”, alertou o deputado federal.

Reforma política

Muito além de uma reforma eleitoral, a CUT defendeu e tornou pública a defesa da reforma política para que os cidadãos possam participar mais ativamente das decisões importantes do município, estado e nação, com maior controle social sobre os partidos e o Estado. A CUT defende também eleições democráticas com financiamento público de campanha, fidelidade partidária e regulamentação do artigo 14 da Constituição, aquele que prevê instrumentos de democracia direta como referendos e plebiscitos.

Para Marcelo Fiorio, secretário de Organização Sindical da CUT São Paulo e dirigente do Sinergia CUT, o ato realizado em todo país tem uma importância fundamental para mostrar à sociedade a agenda positiva estabelecida pela CUT. “Nós, trabalhadores, precisamos ter clareza que precisamos lutar por nossas propostas. O congresso aprovou na co-



Sinergia CUT no Dia Nacional de Mobilização

missão de Trabalho, Administração e Serviço Público da câmara de deputados um PL que aprofunda a terceirização. Nós, trabalhadores energéticos sabemos muito bem que a terceirização trouxe agravamento e aumento na quantidade de acidentes de trabalho. Precisamos pressionar para reverter esse PL que autoriza e legitima a precarização. Juntamos nossas bandeiras com o movimento social para mostrar à sociedade que é preciso avançar com uma agenda positiva e não uma agenda que recue os benefícios adquiridos pela sociedade brasileira. A gente luta por trabalho digno, descente.”, destaca Fiorio.



Praça da Sé tomada pelas bandeiras de luta de sindicatos cutistas

Dirigentes do Sinergia CUT integraram a passeata até a Praça do Patriarca, colorindo de vermelho as ruas e o céu da cinza manhã da capital paulista. Sindicatos de todo o estado de São Paulo, de diversos ramos, participaram do ato, assim como políticos comprometidos com as lutas da CUT, como o deputado federal Vicentinho (PT), os deputados estaduais Edinho Silva e Carlos Grana (PT), o vereador de São Paulo Donato (PT). O Dia Nacional de Mobilização da CUT contou com a participação dos movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a Marcha Mundial de Mulheres e CMP (Central de Movimentos Populares).

Avaliação positiva

O Secretário Geral do Sinergia CUT Carlos Alberto Alves avaliou positivamente o Dia Nacional de Mobilização. “Estamos aqui para dizer que não aceitamos o argumento dos patrões de que o aumento de salário gera inflação. Querem imputar aos trabalhadores uma responsabilidade que não é nossa. Este tipo de atividade é muito

importante para que a gente possa dialogar com a sociedade, apresentar as propostas da CUT. A classe trabalhadora do Brasil inteiro está se manifestando sobre uma plataforma discutida há mais de um ano e que tem, entre outros pontos, a defesa do trabalho descente, o combate à terceirização, o fim do Fator Previdenciário, a política de valorização do salário mínimo e o fim do imposto sindical que é um imposto maléfico, que não dá a opção aos trabalhadores para que eles possam efetivamente se organizar. Estamos todos juntos nessa luta.”, concluiu o Secretário Geral. Segundo a assessoria de imprensa da CUT Nacional, participaram do ato na capital paulista 10 mil pessoas.

Mobilização em todo o Brasil

O Dia Nacional de Mobilização ocorreu em diversas cidades brasileiras. O presidente nacional da CUT, o eletricitário Artur Henrique, participou do ato no Pará, onde a central e o MST fizeram mobilizações para chamar a atenção sobre a necessidade da reforma agrária e de combater a violência no campo, que vitimou lideranças de movimentos ligados à agricultura familiar, assinados no em junho deste ano, por conflitos agrários.

Sinergia CUT denuncia precarização na Eletropaulo

No mesmo dia em que a CUT realizava o Dia Nacional de Mobilização, o presidente do Sinergia CUT Jesus Francisco Garcia participava de uma audiência pública no Congresso Nacional, em Brasília, junto às comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor. Em pauta os problemas ocorridos na área de concessão da AES Eletropaulo e a queda de qualidade dos serviços prestados aos consumidores.

O debate ocorreu por iniciativa dos deputados Ricardo Izar (PV-SP) e Carlos Zarattini (PT-SP), que foram subsidiados pelo Sinergia CUT com documentos e histórico relativos às condições de trabalho, acidentes e dos serviços prestados após a privatização. O pedido de audiência foi feito depois do blecaute no último mês de junho, que atingiu várias partes da capital paulista. Foram convidados o presidente da distribuidora Britaldo Soares, o secretário de Energia de São Paulo José Anibal e representantes do Proteste e da Arsesp.

Muito discurso, pouca prática: durante a audiência, o secretário de Energia de SP argumentou que a qualidade do fornecimento de energia da AES Eletropaulo piorou, ao mesmo tempo em que o lucro da distribuidora avançou. Para o Sinergia CUT, essa afirmação é apenas a confirmação do que o Sindicato vem falando e avisando há anos. “Parece que o governo do PSDB tenta esquecer ou esconder que o que está acontecendo é resultado da privatização do setor elétrico, promovida pelo próprio governo tucano. Esse discurso do secretário é oportunista”, afirmou Jesus Garcia.

Segundo ele, com excessão dos deputados, nenhum dos presentes fez sequer alguma consideração ou propôs qualquer encaminhamento visando a melhoria dos serviços prestados, em benefício dos trabalhadores ou quanto à concessão da distribuidora. “Pelo contrário. O presidente da Eletropaulo chegou a culpar a natureza pelos apagões ocorridos”, disse. E o dirigente sindical continuou: “Foi uma audiência que começou e terminou sem qualquer indicativo para solução dos problemas apontados. Decepcionante”, concluiu.



Ato terminou com discursos na Praça do Patriarca

Serviço essencial, Sindicato indispensável